

Opinião pública, decisão privada

O Brasil tem de acabar, de uma vez por todas, com o voto secreto no Congresso Nacional. O anonimato das decisões legislativas não tem nenhuma razão de existir. Ao contrário, só tem servido para permitir que maus políticos inocentem seus pares acusados de corrupção, e para que aprovelem impunemente aumentos escandalosos de seus salários. Para o eleitor, a verdadeira

vítima, sobra uma imposição sem autores que o impede de saber quem honrou e quem traiu o seu voto.

O sigilo das decisões parlamentares é um grave atentado à democracia, porque torna a verdade inviável. Quem inocentou Ricardo Fiúza, na Comissão de Constituição e Justiça e no plenário da Câmara, por exemplo, vai poder se postar como defensor da ética, jurando de pés juntos que votou pela condenação. E o deputado que votou contra a corrupção está fadado a boiar na lama das críticas gerais, que coloca todos sob a mesma culpa, sem poder comprovar o seu voto e se valer de sua seriedade.



O voto secreto acaba por invalidar os anseios populares

Defender o voto aberto parece a apologia do óbvio. Mas alguns parlamentares pensam de forma diferente e se arriscam até a justificar sua posição contrária. Para estes, o voto secreto os preservaria das pressões internas, vindas de colegas e corporações parlamentares, e lhes permitiria votar "de acordo com sua própria consciência". Está aí um sofisma tão fraco que deixaria Aristóteles

com vergonha.

Em primeiro lugar, os parlamentares e lobistas poderosos sempre têm como saber quem votou contra ou a favor de qualquer coisa — o voto só é secreto para o povo. Em segundo lugar, o Congresso é um palco de lutas contrárias. Se votando em aberto um deputado se sente pressionado por determinada corporação, sente-se também pressionado por uma corporação adversária daquela. No fim das contas, a maior pressão, a única verdadeiramente legítima, é a pressão popular — e é dessa que alguns querem fugir.

Se existe alguém a quem os parlamentares devem prestar

contas é ao povo. Foi o povo quem lhes concedeu o mandato e é em nome dele que o Congresso funciona. O voto secreto, no entanto, acaba por invalidar os anseios populares — a opinião é pública, mas a decisão é privada. E enquanto isso a baixa representatividade vai sepultando a democracia.

O Brasil perdeu duas grandes chances de se aproximar da democracia: o parlamentarismo e o voto distrital misto. Com o voto distrital poderíamos até adotar o "recall", utilizado em países de Primeiro Mundo, que permite ao eleitor destituir um candidato que não esteja cumprindo o que prometeu. Ou seja, o mesmo povo que elege um mau político pode lhe cassar o man-

dato, sem que precise esperar as eleições seguintes.

Já no Brasil nos é negado o direito de derrotar o mau político e reeleger o bom. Estamos condenados a errar no principal exercício da nossa cidadania, porque permitimos que os maus parlamentares se escondam nos porões tranqüilos das votações secretas e se reúnam nas confrarias que decidem o futuro do País por sentenças apócrifas.

Vamos torcer, enfim, para que seja aprovada a revisão constitucional exclusiva e sejam determinados na Carta os meios para um sistema mais representativo e democrático.

■ Paula Schmitt é estudante de Jornalismo, na Faculdade Cásper Líbero

